

Saída política para a crise econômica

GAZETA MERCANTIL

02 NOV 1991

por Celso Pinto
de Londres

As boas notícias em relação ao Brasil é que existe uma consolidação das convicções democráticas e um consenso básico sobre o que fazer para estabilizar a economia. A má notícia é que isso, por si só, não garante a saída para a crise.

Talvez esta pudesse ser a síntese simplificada de dois dias de discussões sobre o Brasil, num seminário promovido pelo Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Londres. O que uniu economistas e cientistas políticos foi o reconhecimento da importância da política para solução da atual crise brasileira.

Há uma certa convergência sobre o que deve ser feito para a estabilização da economia, nas opiniões do ex-ministro João Paulo dos Reis Velloso, de economistas como Carlos Longo e Antônio Barros de Castro, e de cientistas políticos como Bolívar Lamounier e Amaury de Souza. É o que Lamounier chama de "consenso pelo centro": um programa de estabilização apoiado, em austeridade fiscal e monetária, algo que grosso modo se acomoda na agenda do governo,

do PSDB e do PMDB (pelo menos da parcela hoje unida em torno do governador paulista).

As receitas de como implementar esse programa variam. Velloso sugere que o governo apresente ao Congresso um documento conciso, dez ou quinze páginas, com suas idéias para o "futuro estratégico do País". Aprovado pelo Congresso, o documento seria desdobrado num "menu de soluções" para a crise imediata e para o ajuste de longo prazo.

Longo vai além. Dada a absoluta falta de credibilidade no Executivo, teria de haver uma "mudança" de governo: o Congresso teria de escolher novos minis-

tros e fazer com que o Executivo os aceitasse. A simples mudança de governo, acompanhada de um programa de metas austeras fiscais e monetárias, acha ele, ajudaria a mudar expectativas, resolver o problema inflacionário e ajudar na recuperação. A falta de credibilidade tem sido o impulso recente dos preços.

Castro também acha que a essência do problema inflacionário hoje é de confiança — e que há um risco forte e real de uma hiperinflação. Em contrapartida, uma grande parte do ajuste já foi feita, o que facilitaria a tarefa econômica à frente, resolvido o problema da credibilidade. A dívida externa hoje representa 23% do PIB, a interna (mobiliária em poder do público) em torno de 10% do PIB e o déficit operacional não é alto. São indicadores bastante razoáveis.

Se há concordância sobre o diagnóstico e até certo otimismo, de alguns, sobre perspectivas de recuperação futura, vencida a batalha inflacionária, por que não se consegue chegar a um consenso político que permita implementar uma saída?

(Continua na página 3)

Com esta edição
circula o Caderno

Mercados

que inclui o
Suplemento de
Orientação do Boletim
da Bolsa de Valores de
São Paulo

Saída política para...

por Celso Pinto
de Londres
(Continuação da 1ª página)

pós-graduação, professores e banqueiros interessados no Brasil.

Lamounier acha que uma explicação é que o formato atual do sistema político não traz qualquer estímulo à negociação com o governo. Ele vai buscar a raiz dos problemas no berço do sistema, os anos 30. Aí teria sido criado um sistema de "democracia consorciada" no Brasil, baseada na acomodação de múltiplos interesses através de um sistema de voto preferencial e a tolerância de uma enorme fragmentação partidária. A acomodação foi importante na época, ajudou a costurar as heranças de uma guerra civil, mas gerou as raízes de sua destruição futura.

O sistema gerou um tipo de presidência plebiscitária no Brasil, uma radicalização do presidencialismo norte-americano. Em países onde minorias étnicas, religiosas ou outras convivem de forma precária, a democracia consorciada funciona como freio ao abuso de uma minoria. No Brasil, ela levou a uma enorme fragmentação e a uma crise do próprio sistema.

Esse tipo de democracia, argumenta Lamounier, "é representativo mas não governativo, é ótimo para a legitimidade mas não eficaz". Produz-se uma maioria eleitoral, mas não o poder necessário para o presidente eleito governar, e o fato de só dois governos civis eleitos terem encerrado seu mandato desde os anos 30 (Dutra e Juscelino) e só um (Geisel) ter feito seu sucessor indicaria a fragilidade do sistema.

Tentou-se contrabalançar esse problema criando a votação em dois turnos para presidente. A seu ver, foi um erro ainda maior. A radicalização do segundo turno da eleição passada foi tal que tornou muito difícil a Collor formar qualquer aliança depois de eleito. "Em vez de Collor ter sido legitimado pela maioria, foi destruído por ela". Nesse sistema não há qualquer estímulo à cooperação dos partidos com o governo e uma crise de governabilidade se transforma numa crise do próprio sistema democrático.

Lamounier é um conhecido defensor da solução parlamentarista, que ele considera a resposta ideal a esses problemas, mas ele insistiu que sua análise é válida em qualquer hipótese. Se o parlamentarismo perder, diz ele, a agenda de reforma institucional do sistema deve ser mantida e buscar-se um sistema presidencialista do tipo venezuelano, com o estímulo à formação de dois partidos básicos e um sistema mais fechado de escolha de candidatos. Ironicamente, um sistema partidário não muito diferente do idealizado pelos militares no Brasil, só se legitimou pelo respaldo do Congresso.

Apesar dos riscos econômicos e políticos colocados a curto prazo, a maioria das análises foi basicamente otimista em relação à consolidação do processo democrático. O risco de um golpe militar só foi lembrado e tomado como um sério risco por algumas intervenções da platéia — formada por estudantes de

Lamounier acha que o "primado da democracia" está consolidado, embora seja necessário torná-la efetiva (por meio da cooperação e da co-responsabilidade dos partidos), estável do ponto de vista institucional e legítima (com representações minoritárias). Outro cientista político, José Alvaro Moisés, discutiu longamente a questão da cultura democrática para concluir que, a despeito da crise de governabilidade existente desde 1985, houve um espaço para formação de convicções democráticas no País.

A cientista política Maria Hermínia Tavares de Almeida acha que a insistência nas soluções tecnocráticas, não negociadas, para a crise inflacionária nos últimos anos acabou inibindo o desenvolvimento de soluções cooperativas e da criação de instituições que ajudem a desenvolvê-las. Do ponto de vista sindical, contudo, ela acha que a estratégia de confronto, mantida especialmente no governo Sarney, não levou a ganhos reais e os líderes sindicais, hoje, estão com uma "sensação de beco sem saída".

Amaury de Souza indicou os pontos que separam trabalhadores e empresários de uma solução pactuada. Sua conclusão é que, "embora a agenda liberal tenha mudado a agenda do Brasil", as chances de uma saída pactuada com a participação dos trabalhadores "não é impossível mas é muito difícil".

O que ficou claro, de uma forma geral, é que existe uma crise real de governabilidade, um risco de hiperinflação, uma dramática crise de confiança neste governo e uma enorme responsabilidade dos partidos e do Congresso, na costura de uma saída. Pode não haver uma ameaça iminente à democracia, mas, como lembrou Lamounier, "conforme o tamanho da crise, qualquer país pode colocar em risco sua democracia, como mostram exemplos na Europa".

As instituições democráticas, de todo modo, não seriam tão frágeis quanto alguns supõem, nem o Congresso teria uma imagem tão desgastada. Lamounier citou uma pesquisa recente sua que indagava em quem as pessoas confiavam mais, se no presidente ou no Congresso. O Congresso ganhou na proporção de dois por um.

Um ponto que ninguém analisou, talvez pela dificuldade de se conceber uma resposta segura, é até onde o presidente estaria disposto a enfrentar este cenário de dificuldades negociando, de fato, poder político. Lamounier supõe que, em última instância, se o plebiscito sobre o parlamentarismo for antecipado para 1992 e mudar o sistema, talvez o presidente seja levado (e não forçado) a implementá-lo de imediato, caso a crise persista.

Como o sistema atual estimula muito pouco a cooperação, embora haja terreno fértil para um acordo, é preciso que os partidos possam ter algo palpável a ganhar. Isso depende crucialmente do presidente.

02 NOV 1991

GAZETA MERCANTIL